



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

SECRETARIA LEGISLATIVA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 03.04.2018

INÍCIO: 15h05min

PRESIDENTE: SR. LEBRÃO

SR. EDSON MARTINS

SECRETÁRIO: SR. JESUÍNO BOABAID

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense declaro aberta a 13ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede a leitura da ata da Sessão anterior.

Lida a ata, senhor Presidente.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente uma Questão Ordem.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Pois não, Deputado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Depois de muitos anos de luta do Sindicato dos Servidores do DER, enfim do DER como um todo aportou a esta Casa, na data de hoje, a Mensagem nº 42, de 03 de abril de 2018, Presidente. E dentro da normalidade naturalmente que essa matéria deveria ir para Secretaria Legislativa, depois seria distribuído as Comissões. Eu gostaria que Vossa Excelência incluísse na pauta desta data então, a Mensagem nº 42, de 03 de abril de 2018, que trata exatamente da regulamentação da produtividade dos servidores do DER de Rondônia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Acatada. Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação dou-a por aprovada.

Solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 - Mensagem nº 310/2017 - Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre

a organização e estrutura do Poder executivo de Rondônia e dá outras providências”.

02 - Mensagem nº 36/2018 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Altera a redação do inciso III do parágrafo único do art.2º, do inciso II do parágrafo único do art. 3º e revoga o inciso VII do art. 3º da Lei Estadual 3935/2016, e dá outras providências”.

03 - Mensagem nº 37/2018 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Estabelece a obrigatoriedade de colocação em obra pública Estadual paralisada de placa contendo exposição dos motivos da interrupção”.

04 - Mensagem nº 38/2018 - Poder Executivo, encaminhando Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar que “Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017, que ‘Dispõe sobre organização e estrutura do Poder Executivo do Estado de Rondônia e dá outras providências’”.

05 - Mensagem nº 39/2018 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação das faixas exclusivas de retenção e proteção para motociclistas nas vias dotadas de semáforos no âmbito do Estado de Rondônia e dá outras providências”.

06 - Mensagem nº 40/2018 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 1.500.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional - IDEP”.

07 - Mensagem nº 41/2018 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Revoga os incisos I e II do artigo 171 da Lei Complementar nº 68, de 9 de dezembro de 1992, e o artigo 60 da Lei Complementar nº 432, de 3 de março de 2008".

08 - Mensagem nº 42/2018 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei Complementar que "Altera o Anexo IV da Lei Complementar nº 529, de 10 de novembro de 2009, que 'Institui o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER.', e dá outras providências".

09 - Mensagem nº 43/2018 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação, até o montante de R\$ 8.000.000,00, em favor da Unidade Orçamentária: Fundação Cultural do Estado de Rondônia - FUNCER".

10 - Mensagem nº 44/2018 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 4.285.495,90, em favor das Unidades Orçamentárias: Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS e Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS".

11 - Mensagem nº 45/2018 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro e por Excesso de Arrecadação, até o montante de R\$ 18.593.196,82, em favor da Unidade Orçamentária Assembleia Legislativa - ALE".

12 - Ofício nº 021/2018 - Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando Projeto de Lei que "Dispõe sobre a desacumulação da Serventia Única do Município e Comarca de Alta Floresta D'Oeste".

13 - Ofício nº 4653/2018 - Supremo Tribunal Federal, informando sobre decisão de Ação de Inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 620, objeto da ADIN nº 5908.

14 - Ofício Circular nº 002/2018 - Câmara Municipal de Pimenta Bueno, solicitando que interceda junto ao Governador e demais Deputados Estaduais, com a finalidade de solucionar a greve dos Professores e Trabalhadores em Educação.

15 - Ofício nº 049/2018 - Hospital Santa Marcelina, solicitando a emissão do Atestado de funcionamento regular da Casa de Saúde Santa Marcelina.

16 - Ofício nº 0175/2018 - Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Prestação de Contas do TCE-RO e FDI - Exercício 2017.

17 - Ofício nº 040/2018 - Companhia de Mineração de Rondônia, informando a previsão de investimentos almejados para o ano de 2018.

18 - Ofício nº 083/2018 - Conselho Municipal de Saúde de Porto Velho/ SEMUSA, encaminhando Ata, referente a Reprovação do Plano Quadrienal de Saúde do Município de Porto Velho - PMS 2018/2021.

19 - Ofício nº 3344/2018 - SESAU, encaminhando Relatório Circunstanciado das atividades realizadas, com a Avaliação do PPA.

20 - Ofício nº 0363/2018 - CAIXA, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto "Implantação do SAA de Água Tratada no Distrito de Vista Alegre do Abunã, Município de Porto Velho".

21 - Ofício nº 0352/2018 - CAIXA, notificando os créditos de recursos financeiros, sob bloqueio, que tem por objeto "Ações

de Estruturação da Gestão dos Serviços de Saneamento no Estado de Rondônia e de melhorias para a gestão e para o desempenho técnico-operacional da CAERD”.

22 - Ofício s/n - Marques Advogados Associados, solicitando que os integrantes do Reassentamento Rural Coletivo Vida Nova, tenham autorização para compor e participar da Audiência Pública que acontecerá do dia 29 de março de 2018 nesta Casa de Leis.

23 - Ofício s/n - Agentes Penitenciários da Comarca de Rolim de Moura, encaminhando informações à Comissão de Direitos Humanos desta Casa de Leis, sobre o que vem acontecendo na penitenciária regional de Rolim de Moura.

24 - Requerimento do Senhor Deputado Jesuíno Boabaid, justificando ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 28 de março de 2018.

25 - Requerimento do Senhor Deputado Saulo Moreira, justificando ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 21 de março de 2018.

26 - Comunicado nº AL004172/2018- Ministério da Educação, informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

27 - SINTERO - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia. Os Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia, vem através deste solicitar o fechamento da Pauta no âmbito desta Assembleia Legislativa do Estado com relação à apreciação de quaisquer matérias até que se analise, discuta e sejam tomadas decisões definitivas de uma vez por todas com relação às reivindicações dos trabalhadores em educação.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Lido o Expediente recebido, senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Quero nesse momento registrar e agradecer a presença Excelentíssimo Senhor Vereador Serginho, lá de Costa Marques; Vereador Marcelino, Câmara Municipal de Urupá, Excelentíssimo Senhor Vereador Márcio da SITUTEPERON, Câmara Municipal de Porto Velho, Senhor Renato Daveli, Presidente da Associação dos Taxistas de Ariquemes e Região; Senhor Márcio Santana, Federação das Associações de Transportes Públicos e Alternativo de Rondônia; Senhor Rafael Evangelista, Presidente do Sindicato dos Servidores de Defesa Agropecuária do Estado de Rondônia; Senhor Francisco Vicente (Chicola), Presidente do Sindicato dos Servidores do DER de Rondônia. Sejam todos muito bem-vindos, estamos honrados com a presença de todos os senhores e todos aqueles que ocupam assento na galeria desta Casa.

Lido o expediente, passamos às Breves Comunicações. Com a palavra o Deputado Luizinho Goebel, cinco minutos, sem direito a apartes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Sr. Presidente, demais pares viemos a esta tribuna para falar sobre mais uma categoria que na data de ontem deflagrou uma greve. E de antemão só quero dizer que esta Casa há muitos dias, meses, está solidária a causa dos servidores da Educação do nosso Estado. Chegamos inclusive ao ponto de fazer uma paralisação na Assembleia com a pauta trancada enquanto o Governo não apresentasse uma proposta à categoria da Educação. O Sindicato dos Trabalhadores da Educação tem buscado isso todos os dias, hoje nós temos praticamente 80% da categoria

da Educação paralisada em todos os Municípios do Estado de Rondônia. Nós um temos um requerimento apresentado pelo Deputado Luizinho Goebel aonde solicita informações do Governo do Estado a respeito de por quê ainda não foi implantado o Plano Estadual de Educação, que naturalmente ele era para ser implantado gradativamente. Mas, ele já foi aprovado e já estamos no segundo para o terceiro ano e até agora nenhum dos itens foi implantado. Então nós cobramos esse resultado do Governo do Estado. Nós precisamos que a categoria da Educação seja respeitada e isso não está acontecendo por parte do Governo, por que nem sequer, Deputado Aélcio da TV, o Governo tem dado uma resposta. O que eles querem é simplesmente uma proposta, uma resposta de proposta para que eles possam analisar, discutir com a categoria, já se colocaram à disposição, inclusive, para conceder parte dessa proposta, abrir mão de parte dessa proposta para chegar a um consenso, para poder voltar para a sala de aula. E isso não está acontecendo, e eu queria encarecidamente pedir mais uma vez ao Governo que olhe com carinho, por que de fato a população de Rondônia clama por isso. Pais de alunos, alunos e servidores da Educação, nós imploramos do Governo, nós imploramos do Governo uma resposta, por que nós sabemos que o Governo pode sim ter as suas dificuldades, inclusive, nós reconhecemos isso. Agora nós queremos do Governo informações, por que sabemos que lá hoje nós temos muitos servidores comissionados ganhando exorbitantes salários. Hoje nós temos denúncias de que o Governo tem comprado muito material pedagógico, inclusive, que não é necessário. Nós temos a triste notícia de que o Governo tem cedido diversos efetivos da Educação para outros setores da máquina pública e isso também é ilegal. Esse recurso que pode ser economizado desses servidores cedidos sem ônus ou cedendo com ônus, que eu não sou contra a cedência, até por que isso é legal, mas que essa cedência de

fato seja feita com ônus para o órgão aonde o servidor foi destinado. Tudo isso nós podemos estudar, analisar, e se for possível fazer um rateio das economias e conceder aos nossos servidores. Por que é lastimável os nossos servidores da Educação continuarem vivendo de migalha, que é o que o Estado paga hoje. É lastimável. Nós sabemos que nossos filhos boa parte do tempo ficam à disposição e aos cuidados dos educadores, nós sabemos que todas as categorias existentes no mundo, elas começam exatamente no banco da escola, lá no Fundamental quando o servidor da Educação vem fazer o papel. Quando eu falo servidor, não é só o professor, mas, é também o administrativo, é a merendeira, é a zeladora, é o vigilante. E, é chegada à hora, de fato, Deputados; de nós darmos no mínimo sequer, uma resposta para os nossos servidores. Por que se nós não conseguirmos dá aumento, se nós não conseguirmos fazer uma reposição salarial, que talvez isso não seja possível pela questão financeira, nós devemos fazer aquilo que é possível; que é ter a hombridade de dar uma resposta à altura para essa categoria importante. E quero deixar aqui, eu que participei de diversas reuniões com membros dos sindicatos por diversos anos nesta Casa, e aqui quero enaltecer a pessoa do Manoelzinho que foi Presidente até a poucos dias do SINTERO, Manoelzinho, e você conseguiu fazer uma coisa muito importante, você conseguiu ter a confiança e acima de tudo admiração e o respeito de toda esta Casa, coisa que nem sempre aconteceu no sindicato com os seus representantes, e você conseguiu abrir um caminho do diálogo, da negociação e por isso que hoje esta Casa com a maioria dos seus Pares está ombreada com esta importante categoria, que é a categoria da Educação. E se não bastasse somente essa questão dos educadores, agora nós temos a paralisação dos servidores do IDARON. O IDARON é um órgão importante para o nosso Estado e, infelizmente, infelizmente, há praticamente 6 anos, Deputados, nós fomos

votar uma matéria aqui na Assembleia que dizia sobre os servidores do IDARON e naquele momento a proposta que foi feita para a categoria dentro do Palácio, dos bastidores, a proposta era uma, quando a proposta chegou a esta Casa, ela chegou de uma maneira diferente, o que se conversou e se combinou lá atrás, não foi o que chegou escrito aqui nesta Casa e virou uma polêmica porque naquele momento a gente contemplaria parte dos servidores do IDARON e outra parte não, e mesmo naquele momento a parte contemplada era da maioria dos servidores, Deputado Lazinho, e nós em consenso com os servidores de acordo com a proposta do Governo, o acordado ficou que brevemente eles enviariam uma nova proposta de lei para esta Casa contemplando a outra parte da categoria do IDARON que não tinha sido contemplada e essa proposta deveria ser enviada à Assembleia Legislativa com muita urgência, isso eram coisas de semanas, de semanas, e infelizmente passaram-se semanas, passaram-se meses, passaram-se anos, praticamente 6 anos e hoje está aí a resposta, o IDARON paralisado diante de uma proposta que o Governo mais uma vez não cumpriu. Então nós solicitamos que ainda há tempo, ainda há tempo, a partir do dia 6 ou a partir da próxima sexta-feira muitas coisas ficarão restritas que o Governo não vai poder conceder porque entra o período eleitoral, e será que o motivo dessa famosa no dito popular 'barrigada', ou alguns falam: 'empurrando com a barriga', vai acontecer só para nós entrarmos no período eleitoral? Então hoje eu já estou falando de duas categorias, da categoria da Educação e dos servidores do IDARON, e nós nos deparamos hoje com mais um problema que é a questão de uma mensagem que nós estamos aguardamos há 3 anos do DER que aportou a esta Casa hoje através da Mensagem nº 42, que trata da regulamentação da produtividade dos servidores e que agora nós estamos diante de um acordo feito com a categoria da Educação e com uma proposta enviada pelo Governo do Estado

que contempla os servidores. Vejam só o presente de grego que nós Deputados estamos recebendo do Governo no dia de hoje.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Questão de ordem.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Questão de ordem, Sr. Presidente. Quero parabenizar V.Ex^a Deputado Luizinho porque a população do Estado de Rondônia junto com esta Casa, junto com os servidores do Estado de Rondônia contribuiu até agora com os 7 anos de Governo Confúcio Moura, esta Casa ao longo de todo o tempo fez a parte dela tratando de toda a problemática que o país vivia com a possibilidade de fortalecer o Estado para chegar onde está hoje o Estado de Rondônia com relação as suas finanças, por exemplo. Agora não dá mais para aceitar a empurrada de barriga como disse V. Ex^a que nós levamos do Governo até agora. Os servidores da Educação se tivessem aqui neste momento fazendo uma greve para aumento de salário nós poderíamos imaginar que o Governo estaria esperando o período eleitoral para depois dizer: "olha, não pode mais". Mas o que os servidores estão querendo é o direito da reposição que é deles do cumprimento do Plano Estadual de Educação que nós, aliás, que esta Casa aprovou, eu ainda não era Deputado, então é isso que está querendo, o que os servidores da Educação querem é uma proposta que até agora o Governo não conseguiu fazer com que ela chegasse a contento da categoria e da necessidade. Se nós imaginarmos um professor ganhando R\$ 1.300,00, um funcionário da Educação ganhando R\$ 1.300,00 e dizer que este Estado está com as

contas sanadas às custas dos trabalhadores, dos servidores públicos, da população, seria uma aberração. Então a gente passou... nós estamos em uma situação agora que vem o DER, também com um monte de problemas e que nós fomos empurrados pela barriga até agora com relação ao DER. O IDARON está aí da mesma forma, então agora chegou a hora da gente dá, como dizia lá na roça, Deputado Cleiton, da onça beber água. Nós vamos ter que... não, não se preocupe com o Diretor do DER porque ele não tem a finança na mão e nem com o diretor do IDARON que também não tem as finanças na mão. Quem tem as finanças nas mãos é o Governador Confúcio; é o George, que é o Secretário da Fazenda. Mas tem que ter uma proposta. Não dá para ficar empurrando mais com a barriga. Era só isso para que a gente consiga e esta Casa agora tome as devidas providências para fazer com que este acordo aconteça em benefício da população do Estado de Rondônia. Porque nós sabemos que quem tem a caneta para dar ou tirar é o Governo do Estado, é o Governador e o Secretário da Fazenda junto com a Casa Civil, que infelizmente agora também não está mais no patamar a Casa Civil, de negociar com ninguém, eu acho que agora tem que ser diretamente com o Governador. Obrigado.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Obrigado, Deputado Lazinho. Eram essas as minhas palavras, Presidente. E mais uma vez solicito do Governo do Estado que olhe com carinho por aquela categoria que sempre cuidou com carinho dos filhos do Estado de Rondônia, muito obrigado, que é a Educação.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Parabenizar O Deputado Luizinho Goebel. E dizer, Deputado, que a sua preocupação é

a preocupação dos 24 Deputados que ocupam assento na Assembleia Legislativa do Estado, sem dúvida nenhuma.

Com a palavra agora o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES - Sr. Presidente, antes de entrar no assunto que eu trago a esta Casa hoje. Primeiro eu gostaria de cumprimentar os nobres Deputados, cumprimentar a todos os servidores da Educação, do DER que estão aqui presentes; todos os nossos visitantes que se fazem presentes aqui nesta Sessão da Assembleia; cumprimentar aos servidores; os internautas que estão em Casa assistindo através da TV da Assembleia.

E dizer senhores Deputados só em cima do que o Deputado Luizinho muito bem colocou aqui e o Deputado Lebrão muito bem complementou, que esta luta já passa a ser de todos. Nós entendemos e eu sempre tenho falado isso quando me reúno com os professores e servidores de Educação que ninguém, está querendo aumento. Falar em aumento não é falar a verdade deste momento. O que os servidores em Educação buscam, senhores Deputados, é que se cumpra o Piso, o Piso da Educação que já está pacificado no STF, que não pode ser salário fim, tem que ser inicial, tem que ser base, e que se cumpra o Plano Estadual de Educação que foi votado aqui nesta Casa. Simplesmente isso. E, aí, sem dúvida nenhuma. Não é o Deputado Laerte, não é o Deputado Lebrão, Deputado Adelino, Deputado Luizinho, Deputado Cleiton, todos os Deputados estão irmanados com vocês nesta causa, que é a causa justa, que é o cumprimento do que é direito de todos vocês. Podem ter certeza disso. Dizer, Sr. Presidente, que não é diferente também com os nossos servidores do DER que estão aqui.

Dizer senhor Presidente que o que me traz aqui hoje é um tema, Deputado Lebrão que nós precisamos rever. Não é

possível mais, Deputado Jesuíno, V. Ex^a que tem sido um Deputado combatente desta Casa, não é possível mais que o cidadão vá a uma concessionária adquira um veículo novo com sua luta, com seu trabalho e tenha que pagar a vistoria nestas empresas que fazem vistoria para o DETRAN no Estado. Isso é uma aberração. E os selos de inspeção que essas empresas têm; Deputado Jesuíno; não servem para nada? Tem que sair de lá e passar para bater uma foto destas concessionárias do DETRAN que fazem a vistoria para pagar lá R\$ 50,00, R\$ 60,00, R\$ 100,00. Nós precisamos mudar esta Lei, senhores Deputados.

O Rio de Janeiro. Eu estou aqui com a Lei que foi aprovada no Rio de Janeiro, a isenção de vistorias, o veículo só é obrigado a fazer vistoria depois do 5º ano de utilidade, depois do 5º ano de existência, no Rio de Janeiro.

Em São Paulo depois do 3º ano. Em Rondônia sai da concessionária tem que ir lá à empresa de vistoria para poder fazer, Deputado Lazinho, a vistoria e pagar lá uma taxa. Isso é uma aberração. Isso é uma aberração. O cidadão que compra o seu veículo, que adquire, ele sofre duas vezes: além de pagar o IPVA que é um dos mais caros que nós temos no Brasil, ainda tem que pagar a vistoria e outros penduricalhos que são para empresários que hoje, montaram um cartel de inspeção no Estado e estão aí ganhando dinheiro à custa dos nossos cidadãos rondonienses. Então Senhor Presidente, eu até ia fazer esse discurso semana passada, não foi possível, Deputado Lebrão, porque parece que quando eles imaginam que a gente vai falar de vistoria, é uma pressão descomunal aqui na Assembleia, descomunal de pessoas virem aqui: "não, não mexe com isso não". Tem que mexer sim, não pode ter medo. Estão tirando dinheiro do bolso do cidadão rondoniense com uma vistoria que não há necessidade, não há necessidade. Podemos trazer aqui, Deputado Jesuíno, e eu vou

apresentar esse projeto de lei, e gostaria de apresentar isso até coletivamente com todos os Deputados assinando, de nós trazermos para cá, fazermos o mesmo modelo do Rio de Janeiro para que as vistorias possam ser a partir do 5º ano de utilidade do veículo. Com certeza, aí esse negócio vai deixar de ser vantajoso e lucrativo e não vai mais haver as brigas que têm por concessão de empresas de vistoria. Só para ter um exemplo: em Rondônia a vistoria é de R\$ 50,21, deve ter mais uns penduricalhos aqui, chega quase a R\$ 100,00; no Mato Grosso são R\$ 22,00, no Amazonas é R\$ 22,28. O primeiro emplacamento, nós temos que discutir isso também, Deputado Adelino, é necessário esta Casa se pronunciar, deixando a vistoria agora, passamos para o primeiro emplacamento. Em Rondônia R\$ 330,00, no Amazonas R\$ 69,00, porque essa diferença, qual a diferença de Rondônia para o Amazonas? No Amapá R\$ 50,00. O licenciamento anual de exercício R\$ 120,00 aqui, no Amazonas R\$ 56,00, no Amapá R\$ 74,00. Mudança de Município R\$ 330,00 em Rondônia, Amazonas R\$ 67,00, Mato Grosso R\$ 44,00. Então, minha gente, precisa fazer alguma coisa, esta Casa tem que se discutir. Esta Casa tem que se debruçar sobre isso, Deputado Jesuíno, nós temos que nos debruçar e não tem que ser uma bandeira do Deputado Laerte, tenho certeza que é uma bandeira de todos os colegas que estão aqui na Assembleia Legislativa.

Então, senhor Presidente, minha equipe vai fazer esse projeto, elaborando, eu gostaria de apresentar esse projeto coletivamente, porque o cidadão que trabalha muito para adquirir o seu veículo, ele não suporta mais pagar taxa. É vistoria, é emplacamento caro, é isso, é aquilo, é aquilo outro, daqui a pouco não compensa nem ter o carro mais, de tanto tributos e taxas que têm em cima do veículo. Então, senhor Presidente, nós vamos está apresentando isso na próxima semana, Deputado Lazinho, e pegando a assinatura de todos os senhores, fazer um projeto coletivo, vamos ver a

legalidade, Deputado Jesuíno, de nós mudarmos a Lei ou senão vamos fazer uma indicação ao Governo coletivamente solicitando que o Governo envie um projeto para cá, para que a vistoria só passe a ser feita a partir do 5º ano de vida útil dos veículos, obrigado senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Só para contribuir, Deputado Laerte. Eu tive a vista na minha casa essa semana, de um proprietário de caminhão-caçamba. Agora para licenciar um veículo caçamba no Estado de Rondônia tem que passar pelo Inmetro, isso é uma aberração, isso é uma gozação com os proprietários de veículos automotores, veículos caçamba no Estado de Rondônia. Nós não podemos aceitar isso de maneira nenhuma, e é importante que se coloque isso de uma vez por todas dentro desse projeto de lei de autoria coletiva que será colocado aqui na Assembleia Legislativa.

Ainda registrar e agradecer a presença do Vereador Pedrão Serrador, da Câmara Municipal de Urupá; Excelentíssimo senhor Vereador Jurandir Bengala, Vice-Presidente da Câmara Municipal aqui de Porto Velho, sejam todos bem-vindos.

Ainda nas Breves Comunicações, o Deputado Lazinho da Fetagro, por cinco minutos sem direito a apartes, grande liderança do PT no Estado de Rondônia e Presidente agora, sem dúvida nenhuma.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Do PT e com muita honra senhor Presidente. Quero cumprimentar a Vossa Excelência, Deputado Lebrão, hoje Presidente desta Casa, o Líder desta Casa, Deputado Laerte, o senhor resolva o problema da greve, senhor Presidente. Cumprimentar todos os nobres Deputados,

os funcionários desta Casa; os nobres servidores públicos da Educação...

O SR. LAERTE GOMES - Se eu tivesse esse poder, Deputado, já que Vossa Excelência citou... Uma Questão de Ordem? Se nós, não sou eu não. Se nós tivéssemos esse poder na caneta já tinha resolvido fazia tempo.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Com certeza, a todos os servidores do IDARON, do DER que estão, também atrás dos seus direitos e da SEDUC. Muito rapidamente, só dizer que esta Casa não está só solidária coma categoria dos professores e os outros funcionários, mas, está solidária com o Estado de Rondônia de uma forma geral e com a responsabilidade de tentar ajudar a resolver. E isso os 24 Deputados aqui, eu tenho certeza que estão com esse intuito.

Mas o que me traz a esta Casa, senhor Presidente, hoje é mais uma vez tratar da questão produtiva do nosso Estado. Com relação à produção de leite, Deputado Adelino Follador, que é membro da nossa Comissão, nós tivemos uma Audiência pública no mês passado para tratar dessa questão da cadeia produtiva do leite. E nós sabemos que hoje o Estado de Rondônia tem uma grande perda na produção de leite, justamente por causa do preço do leite. E depois dessa Audiência Pública, quando nós fizemos Audiência Pública, nós tínhamos, temos o preço do leite de R\$ 0,70 e tiramos alguns encaminhamentos aqui na Audiência, que estão ora sendo trabalhados pelo Governo do Estado, inclusive com a questão do incentivo fiscal, da participação do Conseleite, enfim, várias medidas que podem melhorar. E fizemos também uma denúncia aqui de que alguns laticínios; não vamos generalizar; pagam o produtor, na nota um valor, por fora

outro valor. Ou seja, esse por fora é sonegação de imposto, e não é pouco não, não é pouco. Este mês, eu recebi nota fiscal de produtor lá de Machadinho, do Laticínio Rio Belém. Na nota R\$ 1,00 o litro, Deputado Adelino, R\$ 1,00 o litro. Para quem, no mês passado, recebeu R\$ 0,70, já deu uma melhoria de R\$ 0,30. Mas, o problema é que aqueles laticínios, grandes laticínios do Estado que detêm o cartel da produção no Estado, pagaram R\$ 0,70, R\$ 0,75, e aí os R\$ 0,20 por fora da nota, os R\$ 0,10 por fora da nota, continuando a sonegação no preço do produto, sonegando imposto, prejudicando o Estado e recebendo incentivo do Estado. Enquanto o Estado tem deficiência na sua questão orçamentária, na sua questão financeira. Nós concedemos em 2015, só de incentivo fiscal, 2016, mais de R\$ 200 milhões no Estado de Rondônia, segundo informação da SEFIN, e ainda a sonegação dessas empresas, Deputado Lebrão. Tradição, Italac, todos eles pagam por fora. Então, o que é que nós estamos fazendo nesta Casa? Eu estou com um projeto de lei para ser apresentado nesta Casa, que eu tenho certeza que a hora que os nobres Deputados verificarem, nós vamos sanar pelo menos 90% dessa problemática. Como é que um laticínio lá no Machadinho, que trabalha com médios e pequenos produtores, um laticínio pequeno, lá no Machadinho tem condições de pagar R\$ 1,00 o litro de leite ao produtor e quem está no centro do Estado só pode pagar R\$ 0,70 o litro de leite, R\$ 0,75 o litro de leite? E aí, quando os produtores vão para o laticínio ou a Associação vai reclamar: - não, toma mais R\$ 0,20 por fora. É assim, Deputado Lebrão, toma mais R\$ 0,20, sem nota, sem comprovação, sem nada. É assim que fazem. Não são todos os laticínios, mas quem detém o monopólio no Estado faz isso. Eu venho aqui fazer essa denúncia, fazer esse protesto em nome dos produtores do Estado de Rondônia, porque é irresponsabilidade com o Estado. As empresas vêm para o Estado, o Estado acolhe com todo

carinho porque precisa das empresas, os produtores precisam das empresas, dá incentivo fiscal, aquele que produz e faz a empresa crescer não tem nada e ainda é roubado no preço.

O SR. LAERTE GOMES - Questão de Ordem, senhor Deputado?

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Pois não, nobre Deputado.

O SR. LAERTE GOMES - Eu sei que é Pequeno Expediente, mas só uma Questão de Ordem. O que Vossa Excelência traz aqui, depois, se o Presidente puder retribuir o tempo que nós vamos usar, bem rápido. O Deputado Lazinho hoje toca mais uma vez num tema que nós temos tocado aqui constantemente, juntos, que é a questão desse cartel que existe em Rondônia, de duas empresas lácteas, Tradição e Italac, que fazem no Estado, manipulam o preço do leite da forma que o Deputado Lazinho falou. Bota o preço lá embaixo, apertou a concorrência, vai lá e paga por fora, sonegando, sonegando imposto, sonegando tudo. Apesar de que essas empresas têm 95% de isenção de imposto, 95%. Então precisa realmente rever isso. O caminho, Deputado Lazinho, mais uma vez nós temos que falar aqui, é o cooperativismo, é o produtor ser dono do negócio. Não que nós queiramos que as empresas vão embora de Rondônia não, de forma nenhuma. Mas vamos ter equilíbrio de preço, porque a Cooperativa pode não pagar mais, mas ela não vai explorar que o próprio dono é o produtor. Ela vai manter, Deputado Adelino, fazer uma regulação do preço. Tanto a Cooperativa é forte, vou concluir já, Deputado Lazinho, que quando em Pimenta Bueno se montou um frigorífico, através de uma Cooperativa em Ariquemes, no auge da JBS, a primeira coisa que a JBS fez foi comprar as Cooperativas. E os produtores, naquele momento, não

aguentaram e depois pagaram para ver que o preço da arroba do boi caiu lá embaixo. Então, comprando um de um, não é, Deputado Adelino? Então, eu quero parabenizar, eu acho que nós temos que discutir esse tema com profundidade aqui nesta Casa. Não dá mais, o leite é um produto hoje, que aqui em Rondônia tem um peso na nossa balança comercial grande, tem um peso na renda da agricultura familiar, um produto importantíssimo para o nosso Estado e nós não podemos permitir que essas empresas tratem os nossos produtores da forma que estão tratando. Então, parabéns Deputado Lazinho, Vossa Excelência coloca um tema muito bem aqui nesta Casa, mais uma vez.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Só para concluir, senhor Presidente. Eu acho que o instrumento principal é realmente a consciência dos produtores em ir para o cooperativismo. Agora, a questão financeira, o cooperativismo vem da consciência de classe, vem da consciência do cidadão. E essa consciência, infelizmente, chega até limite de R\$ 0,20 a mais no preço de leite, porque é isso que os grandes laticínios fazem. Quando se cria uma empresa em qualquer município os laticínios, esses laticínios vão para lá, pagam acima do que aquele laticínio pode pagar, acima do mercado, esse preço, tipo assim, lá no Município de Nova Mamoré, criou-se um laticínio, eles vão lá pagam mais; lá no Município de Jarú, eles baixam o preço, compensa aquele lá; porque eles têm a cadeia, eles têm o domínio, assim é os frigoríficos, também a mesma coisa. Então, o setor produtivo que mantém esse Estado, nós precisamos rediscutir todo esse tipo de cadeia produtiva, não dá mais para a gente aguentar da forma como está aí. É isso Sr. Presidente, faço aqui essa denúncia, pagamento por fora, pequeno pagando R\$ 1,00; grande pagando R\$ 0,70 e jogando R\$ 0,20 por fora, para quem reclama eles pagam R\$ 0,90 na nota, para quem não reclama eles mandam

por fora e assim por diante, sonegando e destruindo o Estado de Rondônia no setor produtivo. Obrigado Sr. Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Parabenizar o Deputado Lazinho pelo seu pronunciamento e cumprimentar o Exmº. Sr. Vereador Rafael do Dr. Cleider, da Câmara Municipal de Vale do Paraíso.

Ainda nas Breves Comunicações o Deputado Adelino Follador, cinco minutos sem direito a apartes.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presente, imprensa, professores aqui presente, também representante do Sindicato do DER, representante do Sindicato do DETRAN, os Engenheiros, o IDARON, cumprimentar cada um de vocês, dizer que com certeza nós estamos torcendo que resolva essa situação o mais rápido possível, tendo em vista, principalmente, a questão dessa greve dos professores onde toda a população de Rondônia está muito aflita porque mais uns dias de greve, com certeza, não fecha o ano letivo no final do ano.

Então eu queria cobrar, hoje, na Comissão também nós cobramos para que o Governo do Estado procure sentar para resolver o mais rápido possível, estive falando com o Secretário de Planejamento ontem, hoje, cobrando também uma posição sobre essa greve que é muito importante interromper para que essas crianças estudem e para que todos consigam andar.

Nós temos um agravante muito grande, muitos colégios estaduais que estão em greve e acabam no final do ano eu quero ver quem vai buscar o aluno, porque tem hoje convênio com o município e o município está buscando e aí quero saber

como que vai transportar? Quem vai pagar o transporte no final do ano para repor essas aulas? Então, é ruim para todo mundo, espero que então o Governo do Estado se empenhe para acabar.

O IDARON também que abriu uma greve hoje, o setor produtivo, é muito importante que haja o entendimento para evitar mais desgaste para o Estado de Rondônia.

Mas, eu queria em rápidas palavras endossar o que o Deputado Lazinho falou, eu ia pedir um aparte Deputado Lazinho, mas, eu acho que é muito importante que aquela denúncia que V. Ex^a fez agora, Deputado Lazinho, é uma realidade a respeito dos laticínios, onde quando eu fui Prefeito, Deputado Lazinho, quando eu fui Prefeito, eu quero confirmar aquilo que V. Ex^a está falando, nós conseguimos o financiamento junto ao Banco para não vender aquele laticínio de Cacaulândia, eles queriam comprar de qualquer maneira. Compraram de Colina Verde, compraram de Jorge Teixeira, queriam dominar a região, compraram de Ariquemes e eles queriam ficar sozinhos na região. E na época nós conseguimos uma Emenda, compramos uns caminhões para ajudar a transportar o leite para que agregasse mais valor, para que o laticínio tivesse como concorrer com esse pessoal. E aí, o que eles começaram a fazer? Pagavam na nota e mandavam pagar uma parte por fora com o dinheiro no bolso, mandava uma pessoa. E essa pessoa foi assaltada, que o pessoal começou a manjar, foi assaltada lá na 24 e aí descobriram que estavam pagando por fora com dinheiro vivo, fora da nota, para dizer, para poder tirar os agricultores do laticínio de lá para poder fechar, para poder vender para eles. Então, é uma máfia, com certeza é uma coisa muito grave aqui no Estado de Rondônia, recebe o incentivo do Estado para massacrar os produtores. Mas, eu quero aqui hoje falar de outro assunto que nos preocupar muito. Semana passada nós sustamos aqueles 11

Decretos criando essas Reservas 24 X 0, não é Deputado Ribamar? Todos os Deputados votaram sustando esse Decreto, porque não foi discutido, não foi feito assembleia, não tem recurso, não foi apresentando nenhum recurso para indenizar as pessoas que estão lá, onde nós anexamos naquele Projeto sustando, alegando que não tem; tem Escritura Pública, tem pessoas morando há 20 anos, tem Inteiro Teor da Terra, está tudo legal e simplesmente, criaram sem pedir licença para ninguém. Isso é um desrespeito e esta Casa fez o seu papel e com certeza espero que o Governo do Estado reconheça que errou. Mas, agora essa semana foi surpreendido por outro assunto muito preocupante; aonde foi publicada uma Portaria do Adjunto da SEDAM, até eu fiz uma matéria dizendo que, com certeza deu a doida na SEDAM, pegou, remeteu através dessa Portaria, remeteu todos os projetos que tem piscicultura nas áreas de APP's para que seja analisado pelo Procurador Geral, e dizendo que a SEDAM podia rever a qualquer momento os seus atos e que teria que analisar pela Procuradoria Geral do Estado. E isso preocupou, eu faço parte de um grupo de piscicultores do Estado de Rondônia, a onde eu vi o desespero do pessoal; 70, 80% Deputado Saulo, Deputado Ribamar, são financiados, tem gente que vai pagar 10 anos, 06 anos, 08 anos ainda tem para pagar da piscicultura que ele se instalou no Estado de Rondônia, incentivado pelo próprio Governador, pelo próprio Governo e os bancos financiaram isso, isso está dando muito emprego, está dando muito imposto para manter o Estado de Rondônia. E aí, baixa uma Portaria dessa e nós sugerimos aqui, já demos entrada num projeto, esperamos ter apoio dos nossos colegas também para sustar essa Portaria, para que não..., se quiser estudar, quiser discutir uma lei daqui para frente é outra coisa, Deputado Ribamar; mas, nós não podemos admitir que a Lei retroaja para prejudicar. Os produtores que estão trabalhando não podem ser perturbados, tem que deixar; eles quando deram entrada, pediram a licença,

lá têm as regras e eles têm que cumprir o que está escrito lá e a SEDAM tem que cumprir que é manter a licença, tanto de atividade, como licença ambiental que foi dada, tem que ter validade. Então, eu quero deixar aqui a minha preocupação, recebi agora um telefonema da Associação Comercial de Ariquemes, o Paco que é o Presidente, e eu falei para ele e eles estão se movimentando; mas que nós íamos tomar essa atitude aqui, que eu tenho certeza que a maioria dos Deputados, ou todos os Deputados aqui concordam com isso, nós vamos fazer a nossa parte para que não atrapalhe cada vez o Estado de Rondônia. Muitas vezes eu usei a tribuna aqui e falei que os políticos não atrapalhando o cidadão; já faz um grande favor, parece que todo momento arruma situação para atrapalhar quem está trabalhando, quem está fazendo alguma coisa nesse Estado. Então, deixar aqui o meu protesto mais uma vez sobre esse assunto e a SEDAM, quando eu falo, agora graças a Deus conseguimos revogar uma multa que foi dada para um agricultor lá no Vale do Anari, foi funcionário da SEDAM, foi policial na casa do agricultor, Deputado Neidson, e ele tinha 95 quilos de castanha que ele colheu no lote dele, no lote da sogra; pois tiveram a coragem de levar a castanha dele e dá R\$ 300,00 de multa para cada quilo; R\$ 28.500,00 para uma pessoa, para um agricultor que vende milho verde lá no 5º BEC, que vende lá no Machadinho, que vende em Ariquemes, que tem 2 alqueires de terra, deu R\$ 28.000,00, Deputado Edson Martins, lá no Vale do Anari, R\$ 28.500,00, R\$ 300,00 de multa para cada quilo de castanha que ele tinha guardado num paiol velho; a Polícia Militar e ainda ele não quis assinar, levaram ele lá em Machadinho na UNISP e assinou lá, ainda entrando com um processo crime contra ele. Então, esse Estado, essa SEDAM, Deputado Lebrão, deixa a gente irritado, deixa a população irritada, quando se vê, Deputado Edson, esses Decretos; agora vem essa Portaria em cima da piscicultura, aí vem essas multas em cima de pessoas que

estão lá trabalhando no mato, é uma falta de respeito tão grande com o cidadão, com quem produz, por quem está lascado lá no mato. Eu quero deixar a minha indignação aqui hoje. Liguei para o Secretário hoje, aí o Secretário falou: "Mas, essa Portaria não era para publicar". Quer dizer, queria fazer escondido então, é pior ainda, pior ainda. Quando ele fala que não deveria ter publicado. Então, ele ia sacanear escondido. Então, nós queremos deixar essa minha indignação por essas coisas que estão acontecendo e atrapalhando o cidadão no Estado de Rondônia. Então, essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Encerrada as Breves Comunicações. Passamos a Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura das Proposições recebidas.

(Às 15 horas e 59 minutos o senhor Lebrão passa a Presidência ao senhor Edson Martins)

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Solicito o Senhor Secretário que proceda a leitura das Proposições Recebidas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Procede a leitura as Proposições Recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO COLETIVO. Requer ao Senhor Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Moura, informações referentes à atualização da 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico Ecológico do Estado: qual empresa encarregada de fazer, o valor do contrato e quanto já foi pago por esse serviço.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos referente à Mensagem nº 33, de 26 de março de 2018, que "Altera o parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar 944, de 25 de abril de 2017, e acrescenta o item 48 à tabela referente à especificação das fontes/ Destinações de Recursos disposta no § 9º do artigo 5º da Lei 4.112, de 17 de julho de 2017".

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Susta os efeitos da Portaria nº 80/18/SEDAM-DIREX, de 20 de março de 2018, que "Dispõe sobre processos licenciamento ambiental de empreendimentos de aquicultura instalados em Área de Preservação Permanente e dá outras providências".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente a Mensagem 20, de 13 de março de 2018, que "Dispõe sobre o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUNEDCA e revoga a Lei Complementar Nº 667, de 05 de junho de 2012".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo, cópia na íntegra dos documentos referente a Mensagem 17, de 13 de março de 2018, que "Altera os itens 11 e 13 do anexo II da Lei 4.230, de 19 de dezembro de 2017, que autoriza a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD proceder a contratação de

peçoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público”.

- PROJETO DE LEI DE AUTORIA COLETIVA - Altera e acrescenta dispositivos a Lei nº 2366, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Altera e acrescenta dispositivos a Lei Complementar nº 366, de 06 de fevereiro de 2007.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV. Obriga os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado de Rondônia a fixar data e turno para entrega de produtos ou realização de serviços aos consumidores.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Dispõe sobre a criação do cadastro Estadual de Doadores de Órgãos ou tecidos e dá outras providências.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Concede o Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia ao Excelentíssimo Senhor Doutor Edmilson José de Matos Fonseca.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, a realização de Sessão Solene, no dia 16 de abril de 2018, às 09:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis, para entrega de Voto de Louvor aos integrantes do Programa “VOCÊ É SHOW”, primeiro reality de talentos musicais, visando dar oportunidades e promover artistas locais e regionais do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, a realização de Sessão Solene, no dia 26 de abril de 2018, às 16 horas, no Plenário desta Casa de Leis, para

entrega de Medalha de Mérito Legislativo a Juíza Dra. Euma Mendonça Tourinho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa Diretora a possibilidade em realizar uma Audiência Pública, no dia 27.04.2018, às 09:00 horas, Distrito de Nova Dimensão no Município de Nova Mamoré - RO.

Lida as matérias, senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Solicito ao senhor Secretário proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene dia 16 de abril 2018, às 09:00 horas, no Plenário desta Casa de Leis, para entrega de Voto de Louvor aos integrantes do programa "VOCÊ É SHOW", primeiro reality de talentos musicais, visando dar oportunidades e promover artistas locais e regionais do Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão e votação o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em discussão. Em votação o requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES, que requer a Mesa Diretora na forma regimental a realização de Sessão Solene no dia 11 de abril de 2018, às 15:00 horas para entrega de Título Honorífico de Cidadão do Estado de Rondônia, ao Sr. Wagner Garcia de Freitas, no Plenário desta Casa de Leis.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Requerimento do ilustre Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhor Secretário

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO HERMÍNIO COELHO, que requer a Mesa Diretora a realização de Audiência Pública, para o dia 27 de abril de 2018, às 9:00 horas no Plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de discutir os valores de taxas de impostos praticados pelo DETRAN/RO.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Requerimento do ilustre Deputado Hermínio Coelho. Em discussão o requerimento. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, senhor Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID, requer a Mesa Diretora a realização de

Sessão Solene, no dia 26 de abril de 2018, às 16 horas no Plenário desta Casa de Leis, para entrega de Medalha de Mérito Legislativo a Juíza Dra. Euma Mendonça Tourinho, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Em discussão o Requerimento do ilustre Deputado Jesuíno Boabaid. Em votação o requerimento. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria, Secretário.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) - Não há mais matérias senhor Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o ilustre Deputado Hermínio Coelho, por vinte minutos, com apartes.

O SR. HERMÍNIO COELHO - Boa tarde Presidente, eu não vou usar o tempo todo não, só para cumprimentar a todos os meus colegas Deputados, a população presente, a imprensa, os nossos servidores aqui da Casa. Só para falar com relação ao movimento grevista dos nossos trabalhadores da Educação que já com mais de 30 dias de greve, 46 dias de greve e o Governo de Rondônia até hoje eu não vi, principalmente o Governador Confúcio Moura se manifestar sobre nada com relação ao movimento, e as reivindicações dos trabalhadores. Está aqui,

quais são as principais reivindicações dos trabalhadores e por que eles chegaram ao ponto de paralisar a Educação no Estado? Primeiro por descumprimento à Lei Federal, a Lei do Piso nacional dos professores, que todos os municípios do Brasil e todos os Estados são obrigados a cumprir essa lei. Essa lei, ela é de julho de 2015 e vai fazer 3 anos agora que esta lei está em vigor; ela é de 2008, ela vai fazer 10 anos essa lei, ela teve algumas mudanças, mas, ela é de 2008 ainda na época do Governo Lula, o segundo mandato do Governo do Presidente Lula, e o Governo de Rondônia não cumpre. Tem vários Municípios do Brasil, Municípios do Piauí, do Maranhão, de Sergipe, aqui de Rondônia o Município pequeno e bem pobre e que cumpre o Piso, inclusive, têm alguns municípios que pagam até acima do Piso nacional, Cacoal mesmo, Rolim de Moura paga acima. Cacoal eu tenho certeza paga até acima do Piso nacional. E tem também a Lei 3565, de junho de 2015, que é a lei, é o plano, é a lei estadual da Educação e que foi mandada pelo Confúcio Moura e foi aprovada por esta Casa, e essa lei foi publicada em junho de 2015, está aqui a assinatura do Governador Confúcio Moura, 3 anos já vai fazer essa lei e ele não cumpre. Os trabalhadores recorreram a Justiça, ao Tribunal de Justiça e está até hoje lá no Tribunal, Deputado Lebrão, e o Tribunal não julga. Ai os trabalhadores como uma última tentativa e a única arma que é um direito que os trabalhadores têm quando não são respeitados os acordos e as leis, foi fazer o movimento grevista, foi fazer a paralisação. Ai rapidinho o nosso Tribunal, que não julga a 3 anos a ação que foi impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores, aí o Tribunal julga assim bem rápido dando ilegalidade, julgando ilegal a greve dos trabalhadores e ameaçando com multas milionárias. Que não é fácil o trabalhador, o cara ameaçar é multa de cem mil, quinhentos mil por dia se os trabalhadores não voltassem. E os trabalhadores não obedeceram, está lá à sede do SINTERO,

o que o SINTERO tiver que levar, que leve e os trabalhadores continuam na luta. Mas, o mais impressionante disso tudo é o Governador Confúcio Moura, o Estado neste caos todo e o Confúcio não abre a boca, se acovarda, finge que não é com ele, finge que não é com ele. E na semana passada nós assinamos um abaixo assinado aqui dos Deputados, dos 24, 15 assinaram, onde foi acordado nesse abaixo assinado que nenhum projeto do Executivo seria votado aqui neste plenário antes de resolver a situação dos professores e dos trabalhadores da Educação como um todo no Estado, por isso, Deputado Lebrão, eu sei que talvez ele renuncie daqui para sexta-feira e com o novo Governo, eu acredito que ele já esteja deixando para o novo Governo, para o Daniel Pereira resolver a situação, e hoje os trabalhadores não estão querendo mais nem tudo que tem direito, eles já voltariam à normalidade bastasse que cumprisse essas duas leis, tanto a lei federal do Piso nacional como a lei estadual que tem o Plano Estadual da Educação aqui do nosso Estado. Eu acredito que a Casa aqui, além dela estar fazendo este papel de trancar a pauta, é uma forma de pressionar o Governo a negociar e a resolver essa questão, e também eu tinha colocado aqui a possibilidade da própria Casa sinalizar alguma coisa, porque o duro que em 46 dias de greve não tem uma proposta, de uma vírgula, Deputado Lebrão, Deputado Ribamar, Deputado Adelino, meu companheiro Deputado Anderson, Deputado Jesuíno, em 46 dias de greve o Governo não sinalizou, não fez nenhuma contraproposta para os trabalhadores. Eu falei com o Presidente Maurão, falei com alguns Deputados aqui para se a Assembleia poderia sinalizar uma forma de entrar com alguma coisa para ver se o Governo sinalizasse pelo menos uma proposta para uma possível negociação. Daniel assumindo sexta-feira, de quinta para sexta-feira ele é professor, ele é mais comprometido com a Educação e é lógico que ele vai ter que dar o jeito dele, ele vai assumir o Estado já numa

situação difícil, mas, ele vai ter que dar um jeito junto com esta Assembleia, esta Casa vai ajudar sim o Daniel junto com o Sindicato e todos os professores, achar uma saída para que este Estado venha realmente valorizar e respeitar todos os trabalhadores da Educação. É lógico, que depois de vocês; a saúde também está uma situação, o tratamento dos servidores da saúde também é terrível, no DER, Segurança Pública tanto da Polícia Civil como da própria Polícia Militar, enfim, a situação boa só está para os grandes, os Auditores, os Procuradores, para os Delegados, para esse povo está muito bom, os Secretários. Há pouco tempo aqui foi aprovado aqui nesta Casa sem discussão nenhuma em MENP, em nada, o aumento de 18 para quase 26 mil o aumento de um Secretário, e infelizmente para os trabalhadores do Estado, para o restante dos trabalhadores que estão há 5 anos, 5 anos sem pegar um centavo nem da correção da inflação e sem cumprir as leis estaduais e federais, que são leis que garantem o mínimo para os nossos trabalhadores que infelizmente o Estado não cumpre. E também é bom a gente, esta Casa aqui começar a se preocupar com o seguinte, hoje já tem uma lei estadual que diz que o Estado pode gastar 28% do seu orçamento bruto com Educação e só gasta 25%, o Estado mesmo tendo autorização de gastar 28, só gasta 25 e uma das saídas para o Estado ter dinheiro para investir mais na Educação, principalmente valorizando nossos trabalhadores da Educação, seria exatamente revendo os orçamentos dos outros Poderes, esta Casa, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas e o Ministério Público hoje levam 21% da fatia do orçamento bruto do Estado, não tem Estado que resista a isso, não tem Estado que vá poder investir bem em segurança pública, em educação, em saúde quando ele gasta 21% do seu orçamento bruto com esses Poderes que não têm obrigação social nenhuma. Era isso, Presidente, obrigado. E viva a luta dos trabalhadores.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) - Encerrado o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Encerrada as Comunicações de Lideranças, passamos as Comunicações Parlamentares. Também não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 04 de abril, no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada esta Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 17 minutos).

(Sem revisão dos oradores)